

SALA DE AULA À SOMBRA DA MAGNÓLIA: PRECARIEDADE DA ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA EM ITUIUTABA, MINAS GERAIS (1940-1960)

*Classroom under magnolia tree: precariousness of public schooling in the city of Ituiutaba, Minas Gerais (1940-1960)*

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro<sup>1</sup>

Elizabeth Farias da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Instituído no fim do século XIX, o grupo escolar se tornou instrumento para reduzir o analfabetismo nas cidades. Sua difusão marcou a expansão da escolarização, mas foi desuniforme, morosa e entravada, como no município de Ituiutaba (MG), onde o primeiro grupo foi criado em 1910 e o segundo, em 1947; e onde a criação de escolas públicas esbarrou em embates políticos e seu desenvolvimento, na precariedade. Esses traços ficam patentes na história dos dois grupos escolares enfocados neste texto, que objetivou verificar as relações entre economia ascendente e educação escolar deficitária num município de projeção em MG tendente à urbanização. As fontes deste estudo incluem dados estatísticos, jornais, relatos orais e atas da Câmara de Vereadores, submetidos a uma análise crítico-interpretativa, cujos resultados apontam uma história de luta para erguer as duas escolas na qual a força política do poder público se fez menos presente que a força política de educadoras convictas do papel da educação — formar cidadãos — e da docência — promover mudanças. Ao defenderem crenças e práticas como táticas para anular as estratégias do poder institucionalizado, trouxeram a dimensão política para o cotidiano da escola.

**Palavras-chave:** grupo escolar, escolarização, expansão educacional

### ABSTRACT

Created in the late nineteenth-century, the so-called *grupo escolar* (a modern concept of school in Brazil) became an instrument to lower illiteracy rates in the cities. Although its spread over the country marked schooling expansion, it was non-uniform, slow, and full of hindrances, as it the municipality of Ituiutaba, state of Minas Gerais, where the first school grouping was created in 1910 and the second one in 1947; where creating public schools had to surpass political interests; and where making it develop meant overcoming precariousness. These conditionings become evident in the history of the two schools focused on this text, which aimed at verifying the relationship between a rising economy and a deficient public schooling in a municipality standing out in the state and tending to become urbanized at the time. Sources for this study include statistical data, newspapers articles, and town council minutes — all being analyzed in critical and interpretive perspective. Results point out a history of struggle to build both schools in which

<sup>1</sup> Professora adjunta III das Faculdades de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia FACIP/UFU e do Programa de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU); estágio de pós-doutorado pela Universidade de São Paulo/campus de Ribeirão Preto; doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo e mestrado em Educação pela UFU; também compõe o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e História da Educação (NEPHE). E-mail: betanialaterza@netsite.com.br

<sup>2</sup> Professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vinculada ao Departamento de Sociologia e Ciência Política e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Tem estágio pós-doutoral na Universidade do Québec, em Montréal (Capes 2004-5). Doutorado-se em Educação pela Universidade São Paulo (USP), em 2000. E-mail: lizbet@uol.com.br.

government political power was less effective than the political will of teachers well aware of the role of education — educating citizens — and of teaching — changing reality. In turning their beliefs and practices into as tactics against institutionalized power strategies, these teachers turned school everyday life into a political dimension.

**Keywords:** *grupo escolar*, public schooling, educational expansion.

## Introdução

Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa *Escolarização pública na região de Ituiutaba/MG (1940–1960)*,<sup>3</sup> que permeia as relações entre educação pública e economia no município/cidade de Ituiutaba tendo em vista a influência de transformações importantes por que passou a sociedade brasileira, em especial na dimensão sociodemográfica e política. Tais transformações incluem a industrialização, a urbanização e a necessidade de escolarização maciça, que convergem para um fenômeno mais amplo: a modernização do país como projeto e princípio de realidade transformado em empiria na relação entre observador e observado.

No plano sociodemográfico, entre as décadas de 40 e 60 teve início o processo de urbanização, motivado — talvez — pela expansão da industrialização (iniciada nas primeiras décadas do século passado e acentuada a partir dos anos 60) e pelo que dela poderia advir (trabalho mais remunerado e condições de vida mais favoráveis, por exemplo). A atração de força de trabalho para os núcleos urbanos dos municípios demandou escolarização maciça, pois a população urbana aumentou significativamente em pouco tempo. Na esfera política, o primeiro e ilegítimo governo de Getúlio Vargas (1937–45) deu lugar a um processo de redemocratização que consolidou uma dinâmica de conflitos entre os atuais “movimentos sociais” via sindicatos e Estado, representante dos interesses do capital nacional (do capital estrangeiro?). O impacto educacional dessa mudança<sup>4</sup> se mostrou, em especial, na escolarização da população do campo, isto é, na tentativa de manter o rurícola em seu meio; essa intenção era patente, por exemplo, no ruralismo de Vargas e na construção de escolas no campo pelo governo Dutra.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 2010 e pela Fundação de Amparo à pesquisa de Minas Gerais. Vinculado à Universidade Federal de Uberlândia/UFU (*campus* do Pontal) é coordenado pela professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. Este artigo contém contribuições substanciais do trabalho de pesquisa de Valeria Aparecida Lima e Thaís Parreira Freitas, graduandas do curso de Pedagogia da FACIP/UFU, que compuseram a equipe do projeto como bolsistas de iniciação científica.

<sup>4</sup> Até 1945, governou o país, de forma ilegítima, o gaúcho Getúlio Vargas, cuja queda começou após o ato adicional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, e culminou em seu afastamento em 29 de outubro. (Entre essa data e o dia 31 de janeiro de 46, o até então presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares presidiu o país interinamente.) Em 46, o Parlamento eleito se tornou Assembleia Nacional Constituinte; em 47, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se tornou ilegal — a ponto de, em janeiro de 48, seus deputados eleitos terem seus mandatos extintos (CARONE, 1985, p. 9–13; ALMINO, 1980). No processo de redemocratização esboçado entre o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946–51) e de Vargas (1946–54) — agora legal e legítimo — e o de João Fernandes Campos Café Filho e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956–61).

<sup>5</sup> Vide o texto “Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba — anos 1940” (RIBEIRO; SILVA; NETO, no prelo).

No município de Ituiutaba, o fenômeno da urbanização se associa com o crescimento exponencial de uma demanda potencial de discentes para escola pública e com a carência de unidades escolares. Essa associação deixa entrever certa tensão nas relações entre uma dimensão e outra, resultante de uma contradição central que constitui o eixo investigativo do projeto referido há pouco: a incoerência de uma economia ascendente com uma educação escolar precária. Por exemplo, o primeiro grupo escolar primário foi implantado em Ituiutaba em 1910; o segundo, em 1947; e mesmo que o desenvolvimento urbano e a migração campo–cidade tenham dado corpo e fôlego à expansão nacional do grupo escolar como modelo de escola pública na década de 50, a oferta de escolarização no município não acompanhou o ritmo. É claro: não por desejo de quem lidava diretamente com a instrução escolar. Por isso, esse texto apresenta a forma de luta política extemporânea de algumas pessoas vinculadas à educação de uma cidade marcada pela tradição (rural) que, com a urbanização, recebeu uma massa migratória resultante da dinâmica do processo de modernização. Essa luta está patente na história de fundação de dois grupos escolares: o Idelfonso Mascarenhas da Silva (1947) e o Clovis Salgado (1956).

Metodologicamente, essa história é aqui retomada pela técnica da quantificação (de dados oficiais) submetida a uma análise qualitativa. Aliam-se a esses procedimentos a leitura interpretativa de atas da Câmara do município de Ituiutaba (a memória legal) e de relatos orais de educadoras remanescentes daquele momento (a memória viva), assim como a leitura crítico-analítica de jornais (a memória da imprensa): *Folha de Ituiutaba*, *Gazeta de Ituiutaba*, *Correio do Pontal*, *Correio do Triângulo*, *Cidade de Ituiutaba* e *Município de Ituiutaba* — disponíveis no acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba. Tais leituras se embasaram em referencial bibliográfico sobre a história da educação no Brasil e em Minas Gerais.

Convém destacar as fontes da imprensa, retomando um pouco da feição histórica dos jornais e de seu discurso, cuja análise, à luz da forma de inserção social do jornal e de seus vínculos — diz Mariani (1993, p. 18) —, supõe:

[...] considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.

A publicação de textos em jornais pôs no cotidiano o que antes era escrito como epopeia. No século XIX e no início do século XX, a tiragem de jornais na Europa chegou a 1 milhão de exemplares. Na capital francesa, prosperou o jornalismo de massa, cujo teor textual fez as elites “letradas” reconhecer nele um sentido de degradação. Ortiz (1991, p. 107–8) se refere a isso nestes termos:

O advento de uma imprensa de massa, o nascimento das folhas populares (*Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien*), a importância conferida à informação, faz com que o jornalismo político ceda lugar a um tipo de escrita que se adapta ao nível sociocultural

de uma clientela mais ampla. [...] Um crítico, escrevendo em 1889, capta bem essas mudanças: “A imprensa era antigamente um instrumento polêmico, um meio imediato, cômodo, de se espalhar idéias e de difundir doutrinas. A informação, a notícia exata ou inexata, cada vez mais toma consideravelmente espaço nas colunas dos jornais, e o estilo telegráfico tende a substituir aquele dos antigos mestres”.

Assim como os jornais, que lançam no cotidiano textos de “estilo telegráfico” sobre “banalidades degradantes”, a memória dos seres humanos constitui documento recente para historiadores, sociólogos, antropólogos e outros pesquisadores. Ambos especificam a categoria tempo. Com efeito, a memória é um tempo peculiar e individual de quem relata; enquanto o jornal impresso guarda um presente acontecido, transformado em passado por quem redige e é onde o futuro leitor observará, com olhos do presente, informações que transcendem seu tempo vivencial e que lhe dará memória. Esse observador, então, decodificará o relato jornalístico segundo referenciais distintos, pois estará em um presente qualquer.

Todavia, na condição de faculdade humana que se conjuga com a socialização, a memória como documento teve sua importância reconhecida há pouco tempo, ou seja, nos tempos modernos (WHITROW, 1993). Com isso tenta-se “agarrar” o passado destruído objetivamente pela supervalorização do passado subjetivo encravado na memória das pessoas. A memória não é ela mesma, diferentemente do jornal, que está ali como viés de datação precisa (tempo histórico e cronológico, criado e recriado pelo pesquisador). Por isso, reconstruir o passado pela via da memória supõe recorrer a certas pessoas. O relato memorialístico exhibe uma flexibilidade maior que a do jornal. Porém, o jornal é ele (seus confeccionistas em dado tempo histórico) e é o leitor (também com seu presente e tempo histórico correspondente). Para o pesquisador, o jornal resulta de inter-relações; enquanto a memória individual, não sendo impressa ainda, é um tripé: fala-se–memória–ouve-se. Os dois interlocutores — entrevistador e entrevistado, por exemplo — estão no mesmo tempo histórico; a memória emerge naquele momento, selecionada quer pela autocensura, quer pelas lembranças. Quem ouve também seleciona. Juntos, jornal e memória individual se complementam e indicam mais objetividade; controle, nunca! (Seria ingênuo pensar em controlar o passado, sobretudo com um olhar do presente.)

Mais que transformar a escrita da epopeia (sobre grandes feitos do homem) em escrita de “estilo telegráfico” (sobre frivolidades do cotidiano), o jornal extremou a expansão da língua escrita, que, em geral, possibilitou documentar a memória em grande profusão mediante editos, cartas, diários, decretos, leis etc.; aliás,

O papel transformador dos textos escritos na administração da justiça é significativo. Até o século XII as queixas eram apresentadas oralmente [...]. Nos séculos XII e XIII, os documentos escritos começaram a substituir a memória e o testemunho oral. Stock (1983) e Clanchy (1979) forneceram detalhes de como o escrutínio de documentos e registros escritos conseguiu fornecer as bases probatórias que permitiram a juízes legalmente competentes se pronunciarem sobre a inocência ou a culpabilidade do acusado. [...]. Como consequência [...] também se começaram a levantar questões referentes à validade do testemunho da voz pública, do registro familiar oral e da memória coletiva. (OLSON, 1996, p. 166–7).

Com efeito, a organização burocrática — esse domínio impessoal — impõe controle por escrito; e a “memória coletiva” e o relato oral passaram a ser assentados, normalmente, sob a égide da lei na instância do político. Daí as atas — algumas manuscritas até. Na maioria das vezes, esses documentos transpiram impessoalidade, mas podem desvelar e revelar. Daí sua relevância para quem pesquisa (SILVA, 2000).

### Modernização e educação

Na instância política, três vertentes permearam o século XX: a socialista (com variantes), a conservadora e a liberal (SILVA, 2004). A última teve como mola propulsora, no imaginário e na consequente doutrina, a esfera da educação, então vista como forma de ascensão social: o Estado fornece as condições; o cidadão manifesta suas potencialidades. Visto que, para a corrente liberal, a pobreza é quase um destino manifesto, então o Estado deve dar as condições para que o indivíduo subverta tal destino. Eis por que, na dinâmica da modernização, a educação ganhou premência e caracterizou o movimento liberal.

Canclini (1998) caracteriza a modernização — e a consequente mudança social — na metade do século XX na América Latina e no Caribe com estes “indicadores”: crescimento da indústria e do emprego; crescimento econômico impulsionado pelo consumo e por bens duráveis de produção latino-americana; expansão da educação e aumento do mercado artístico e cultural; expansão e consolidação da urbanização; avanço dos movimentos sociais; enfim, introdução de novas tecnologias de comunicação. Nessa lógica, o Brasil do pós-Primeira Grande Guerra foi marcado por uma transformação intensificadora, acelerada pelo processo de industrialização e urbanização. Na mudança de hábitos e costumes da sociedade, a educação foi percebida como alicerce do progresso econômico e das mudanças socioculturais. Tais mudanças, multifacetadas porém interconectadas — diria Canclini (1998) — foram sentidas de forma mais dramática no Brasil do período 1930–60.

Noutra ótica, pode-se indicar que a teoria da modernização opera como “alter ego” da expansão do capitalismo. Talvez por isso Florestan Fernandes (2008, p. 27) tenha afirmado que “[...] modernização significa europeização”. Talvez por isso Sztompka (1998) tenha visto, na ideia de modernização, a ideia de esforço dos países subdesenvolvidos para alcançar os “avançados”, referência ótima do progresso da história e uma universalização da ideia de urbanização/industrialização — aqui, a educação, também, funcionaria como catalizador do preparo da força de trabalho para a nova faceta das cidades e as funções exigidas pelo trabalho fabril). Enfim, talvez por isso Wallerstein (2006, p. 10) tenha afirmado que os ideais da teoria da modernização “[...] formaram um conjunto complexo de modelos de desejo das sociedades periféricas”.

Milton Santos (2005), porém, sublinha que, talvez, a grande extensão territorial do Brasil, combinada com as diversidades históricas regionais, tenha singularizado a urbanização em cada lugar. Com efeito, a peculiaridade local e os ideais de modernização permearam, na década de 50, a luta política de educadores e educadoras de Ituiutaba, município-cidade da região do Triângulo Mineiro. Naquela década, a rizicultura constituiu

o ciclo econômico tido como mais relevante na história econômica do município; mas não só a rizicultura “alimentava” a economia da “capital do arroz”: também o plantio do milho se destacou na produção. Seja como for, tal ciclo econômico estimulou a atividade comercial da cidade, então abastecedora do estado. Mas esse destaque da economia na primeira metade do século XX, porém, não se replicou na educação pública; provam isso os índices de analfabetismo: até o ano de criação de seu segundo grupo escolar, o município ostentava uma taxa de analfabetismo de 57,75%, superior à de Minas Gerais (56,19%) e à do Brasil (51,75%). A expansão escolar nacional não se replicou em terras tijucanas.

A relação entre economia e educação importa aqui porque a população do município quase triplicou até o fim do decênio de 60. Os 20.772 habitantes de 1920 chegaram a 35.052 em 40 e a 70.706 em 60. Esse aumento derivou das altas taxas de natalidade e da migração: não só municipal (do campo para cidade, que prometia condições de vida melhores); também intra e interestadual. Uma massa de migrantes, sobretudo de regiões mais pobres de Minas, do Nordeste, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, desceu de paus de arara em Ituiutaba e região para compor a força de trabalho que ajudaria os fazendeiros a alavancar a produção das lavouras de arroz e milho. Além de serem analfabetas, essas pessoas não tinham condições mínimas de subsistência, logo lhes restava como opção trabalhar na terra — braçal e arduamente — para fazê-la produzir em larga escala. A onda migratória foi significativa para constituir o perfil sociodemográfico do município e da cidade-sede, em especial quanto à demanda por escolarização pública, pois à prosperidade econômica não equivalia um aparato de ensino público próspero a ponto de absorver o aumento populacional e oferecer formação educacional cidadã à população.

### O grupo escolar em Ituiutaba

O aparato educacional público para suprir essa demanda já tinha um modelo desde a Primeira República, com a implantação dos grupos escolares. Mas é consenso na história da educação brasileira que sua difusão começou para valer na década de 30 e que não foi uniforme; prova disso é que a demanda de ensino elementar em Ituiutaba ficou incólume a tal expansão: num período de 37 anos (1910–47), surgiram *dois* grupos escolares no município, cuja precariedade punha em xeque a ideia de modernização (da educação) que se convencionou associar com o surgimento do grupo escolar. (O período 1910–47 abrange uma das fases de modernização não só da educação, mas de outras esferas com a consolidação do mercado interno — industrialização de algumas regiões — e a urbanização — no país todo.) Assim, embora a inauguração de grupos escolares primários em Ituiutaba date de 1910, a expansão nacional da educação pública nas décadas subsequentes não se fez presente no município; manifestou-se tímida e precariamente em todos os âmbitos. Mesmo o crescimento urbano na década de 50 não ampliou significativamente a oferta de escolarização, como se pode notar no quadro a seguir, que mostra a média de criação de um grupo por ano a partir da segunda metade dessa década, porém com lapso de quase dez anos entre o segundo e o terceiro. Talvez por isso a evolução do ensino particular laico e confessional tenha prosperado.

Com efeito, na ausência de escola pública, a escola privada prosperou na implementação da educação primária. Afinal, já existia antes mesmo da instalação do primeiro grupo escolar. Exemplos dessas escolas incluem a do professor José de Alencar e do professor Afonso José e os colégios Santa Cruz, São Luiz e Santo Antônio. Além dessas, entre 1921 e 30 surgiram o Colégio das Irmãs Belgas, o Instituto Propedêutico de Ituiutaba e a Escola São José; entre 30 e 40, a escola privada confessional se destacou. Isso dá margem para aventarmos e tangenciarmos o avanço das escolas religiosas no interior como tática da igreja católica para demonstrar sua força no governo e seu fortalecimento com a formação de elites (BRANCATO, 2006).

Nos anos 30, duas escolas laicas privadas acolheram a expansão urbana e a demanda da elite: o Instituto Marden, criado — segundo Moraes (2004, p. 11) — em outubro de 1933 e que funcionou até o fim da década de 1970, e o Colégio Santa Teresa (confessional), fundado em 1939 e dirigido pelas irmãs missionárias de São Carlos Borromeu (o nome original foi acrescido, depois, das marcas ESI, de Ensino Scalabriniano Integrado, e Objetivo). Ao contrário do instituto, o colégio admitiu, desde a instalação, alunos de ambos os sexos, inclusive no internato (a escola funcionava em regime de externato e internato só para o sexo feminino); além disso, ministrava os cursos primário, ginásial e normal e outros para a “boa formação” das moças, dentre os quais, Economia Doméstica e Belas Artes; hoje oferece ensino infantil, fundamental e médio (OLIVEIRA, 2003).

Em 1948, foi instalado o Ginásio São José: escola confessional fundada pelo vigário da Paróquia São José, padre João Avi, que se tornou o primeiro diretor da escola (ACAIACA, 1953). A escola funcionou até a década de 80 sob direção dos padres da Congregação dos Sagrados Estigmas, os chamados estigmatinos; nos anos 90, o prédio foi alugado ao Sistema Anglo de Ensino, que o ocupou até 2003, quando o Colégio Nacional — que segue o sistema administrativo e pedagógico do Colégio Nacional de Uberlândia (MG) — passou a ser o novo locatário.

Como ressalta Souza (2010), houve predomínio absoluto da iniciativa privada na educação de Ituiutaba por muito tempo. Até 1955, havia três escolas públicas, duas delas funcionando no mesmo prédio em turnos diferentes. Na década 50 (vide QUADRO a seguir), o sistema educacional público local deu sinais de expansão com a criação de mais grupos escolares e de outras instituições, como o Colégio Agrícola e a Escola Normal (SOUZA, 2010). Esse avanço, porém, não acompanhou o ritmo da expansão nacional — bastante elevada em todo o país — nessa década e na seguinte. Ainda assim, são inegáveis os avanços na democratização educacional via escola pública na segunda metade do século passado: além dos grupos listados no Quadro 1, surgiram as escolas estaduais Coronel João Martins (1960), Governador Israel Pinheiro (1965), primeira a oferecer ensino médio, enfim a Escola Estadual de Ituiutaba de 1º e 2º Graus (atual Professora Maria de Barros, criada em dezembro de 1965). No início da década de 70, foram instaladas a Escola Estadual Antônio Souza Martins, Polivalente e Rotary.

**Cronologia da criação de grupos escolares no município de Ituiutaba**

GRUPO ESCOLAR	ANO DE CRIAÇÃO
Professor Idelfonso Mascarenhas da Silva	1947
Senador Camilo Chaves	1955
Clovis Salgado	1956
Rotary	1956
Arthur Junqueira de Almeida	1958
Governador Bias Fortes	1959

Fonte: ITUIUTABA, 2009.

A precariedade na expansão educacional pública em Ituiutaba suscita interesse acadêmico porque, no período focado aqui, o município gozava de uma economia ascendente que o projetava na economia de Minas Gerais, que, a seu turno, gozava de prestígio político suficiente em âmbito nacional para demandar ações do governo federal em prol da educação. Exemplo disso é que Ituiutaba foi um dos primeiros municípios do estado a contar com um grupo escolar (em 1910), fato que ganha mais relevância se considerarmos que o primeiro grupo surgiu em 1893, na cidade de São Paulo. Noutros termos, Ituiutaba teve um grupo escolar quase à mesma época de criação do primeiro grupo escolar mineiro: o de Juiz de Fora (1907), região de projeção política e econômica no estado graças à produção cafeeira.

Nesse caso, o que justificaria a morosidade na expansão educacional? Seria prematura uma resposta a essa indagação com base em dados parciais; por ora, este estudo — sobre os grupos escolares Idelfonso Mascarenhas da Silva e Clovis Salgado — limita-se a apontar uma situação contraditória que, talvez, ofereça um campo fértil para especular possíveis respostas. A contradição está na imbricação do local com o nacional: entre uma política pública federal em prol da expansão maciça da escolarização formal e um município com perfil de urbanização rápida e pujança econômica cuja população teve de suportar, por mais três décadas, uma educação básica deficitária e precária.

**Idelfonso Mascarenhas: uma escola à sombra de outra**

O Grupo Escolar Professor Idelfonso Mascarenhas foi a segunda escola pública a ser criada no município de Ituiutaba, pelo decreto 2.395, de 31 de janeiro de 1947, publicado no *Diário Oficial* de Minas Gerais em 1º de fevereiro de 1947. A solenidade de instalação ocorreu em 9 de março de 1947, na rua 20, 1.070; estavam presentes autoridades do município, docentes, convidados e um representante do secretário de Educação. O relato de uma ex-diretora da escola — dona Nagib Moukachar (2009)<sup>6</sup> — dá uma ideia do contexto de criação do grupo escolar, em especial da composição do corpo docente (FIG. 1), da vinculação administrativa da escola e de suas condições materiais:

<sup>6</sup> Nagib Bitar Moukachar fez curso normal na Escola Marden. Em 1947, com 17 anos de idade, fez concurso para professora em Belo Horizonte (MG). Após ser nomeada, voltou a Ituiutaba, para inaugurar o Grupo Escola Idelfonso Mascarenhas, onde assumiu a disciplina de Educação Física. Lecionou por dez 10 anos — nesse intervalo, ocupou a regência. Depois se tornou vice-diretora e, em 1957, diretora — ocupou a direção até a década de 80, quando se aposentou.



Foi o doutor Hélio que selecionou [o corpo docente] e o doutor Omar, que era prefeito, ajudou. Foi só contrário a uma professora, mas as outras ele aceitou “direitinho”. [...] Agora, não ficamos na Prefeitura, nós já fomos nomeadas para o estado, entendeu? [...] O aluguel, no princípio, foi pago pela prefeitura, depois passou para o estado. Na escola velha, escola antiga, uma casa de portal grande, janelas grandes, entende? Era aquela antiga mesmo! ‘Tava, assim, pra cair, e nós começamos com 400 e tantos alunos.



FIGURA 1 – Professoras do grupo escolar Mascarenhas ladeando o professor Ildelfonso Mascarenhas da Silva, quando ele visitou, em 1947, a escola em sua primeira instalação na rua 20 n. 1070.

Fonte: Acervo de Nagib Bitar.

Como se pode ler, havia certa ambiguidade na administração da escola. Embora o aluguel do prédio onde fora instalado o grupo escolar tenha sido custeado pela prefeitura de Ituiutaba, a competência administrativa era do estado. Mais que isso, esse relato sugere a precariedade da educação pública afirmada aqui; isso porque — supomos —, mesmo com um prédio prestes a “cair” (ou seja, em condições de uso inapropriadas, talvez por ser muito antigo), a escola iniciou suas atividades para um corpo discente com mais de 400 alunos, o que sugere a demanda por escolarização: crescente.

Logo a escola mudou de endereço, porém ainda na rua 20. Mudou porque “O proprietário, que era o senhor Amador Soares, pediu o prédio” (MOUKACHAR, 2009) para demoli-lo e construir um cinema — o antigo cine Capitólio. Desalojar a escola era um problema sério porque “Como é que faz [?] a escola já [é] reconhecida, fazendo formatura 4º ano”. A solução foi agrupar o Ildelfonso Mascarenhas com outra escola, como esclarece dona Nagib (2009): “Como o [grupo escolar] João Pinheiro era do Estado, mandaram anexar provisoriamente ao João Pinheiro, e lá nós ficamos muitos anos. Sem a sede própria, nós ficamos — parece — 17 anos”.

Esse funcionamento de duas escolas num prédio só parece dar outra medida das condições precárias da expansão educacional em Ituiutaba, assim como da urgência de escolarização, que leva ao improviso e à provisoriedade sob os auspícios do estado, que chancelava a anexação; afinal, ambos os grupos eram de competência administrativa estadual. É provável, porém, que esse traço que igualava administrativamente as escolas não bastasse para igualá-las na prática diária. O relato de dona Nagib (2009) dá o tom do que a ocupação, mesmo que provisória, do prédio de um grupo escolar por outra escola pode provocar: “Nós éramos provisórios, então nós *incomodávamos* o João Pinheiro plenamente, era uma escola aquele prédio bonito. Não era bem aquilo que é hoje não [...]” (grifo nosso). As escolas não se misturavam plenamente, como sugere dona Nagib ao se referir ao horário de docência; seu relato mostra que o turno destinado ao Ildefonso Mascarenhas da Silva era o terceiro, após as aulas do João Pinheiro.

[...] aquela época [...] o João Pinheiro dava aulas das 7h às 10h30 da manhã. Já pensa que horário ruim? 10h30 nós entrávamos, ficava lá, correndo páginas até as 11h. A aula começava até as 2h30 da tarde (o outro turno do João Pinheiro), e nós éramos o terceiro turno. Nós saía quase 6h da escola para dar três horas e meia de aula. Então, incomodamos muito o João Pinheiro. Eu acredito que elas reclamavam, e a gente tinha que aceitar a reclamação era justa. Então era uma briga atrás da outra. A caixa d’água era aqui, a diretora do João Pinheiro não queria que fosse aqui, tinha que levar a caixa para lá... O João Pinheiro sempre teve a “nata” e nós ficávamos com o resto. Custamos a equilibrar e, quando abriu o segundo grupo, uns saíram do João Pinheiro e vieram, porque a tia ia lecionar, não sei quem ia lecionar. Então, nós juntamos um pouco, arrastamos um pouco do João Pinheiro. Mas o resto era aluno pobre mesmo, eles alimentavam lá com a gente. (MOUKACHAR, 2009).

Com base no relato da ex-diretora, não seria incorreto cogitar que o clima de rivalidade marcando o ambiente escolar fosse motivado pela diversidade socioeconômica dos alunos dessas escolas: enquanto o João Pinheiro atendia à elite, o Mascarenhas atendia à classe mais desfavorecida.

A situação de incômodo por causa do funcionamento do grupo escolar Ildefonso Mascarenhas nas instalações do João Pinheiro culminou em um ultimato, que dona Nagib assim relata:

Eu já estava na direção, e a dona Carmelita que era inspetora, a delegada de Ensino. Vou falar nos termos antigos: ela veio e fechou o gabinete e falou: “Nagib, eu te dou mês um para você sair, senão eu vou acabar com o Mascarenhas, eu vou fechar a escola. Dona Carmelita, para onde que eu vou?”. (MOUKACHAR, 2009).

Essa passagem parece reiterar a ambiguidade na responsabilidade pela gestão das escolas. Aqui, porém, entram duas instâncias: a inspetoria educacional — capaz de “fechar a escola” — e a direção escolar — responsável por encontrar outro espaço físico para instalar o grupo escolar, como informa o relato de dona Nagib (MOUKACHAR, 2009):

Aí eu chamei a dona Clorinda. A dona Clorinda ainda estava conosco. Dona Clorinda Junqueira, muito sensata, uma mulher de valor. Chamei a dona Clorinda, chamei a Maria Lúcia, as professoras mais antigas [e disse]: “Gente, é pra sair, tá despejando nós. Como é que nós vamos fazer?”. Então vamos sair, procurar casa e procuramos. Aquela casa onde é o sapateiro, [es]tivemos lá. [...] Sapataria do Capitão. Olhamos e tal... “Não, não dá!” Procuramos até uma casa de mulheres lá em cima, ‘tava desocupada, na [rua] 25 [...]. Fomos lá, tinha uns quartinhos — “Gente, também não dá!”. Aí a diretora do João Pinheiro, a dona Jandira, falou: eu vou arrumar pra vocês a casa que era do meu sogro, na [rua] 21, uma casa antiga.

Essa situação sugere que a tensão — o problema — resultante do funcionamento precário dois grupos escolares não era do conhecimento das autoridades educacionais. É como se estado e prefeitura lavassem as mãos no que se refere a gerir a educação pública e seu aparato físico; como se a ação do poder público se limitasse a criar legalmente a escola — publicar um decreto — e apresentá-la em solenidade formal. Fazê-la funcionar na prática compete a quem lida diretamente com a educação no cotidiano escolar. As palavras de dona Nagib parecem reiterar o “descaso” das autoridades educacionais do estado com as condições de funcionamento das escolas:

Eu fui a Belo Horizonte umas cinco vezes, eu e a vice-diretora, mais uma outra. A prefeitura mandava a gente com o doutor Eurípedes Melo, que era o engenheiro na prefeitura. Nós vamos com ele. Naquele tempo, a gente ganhava prédio na Carpi; é onde a gente ia pedir prédio lá em Belo Horizonte; a gente ía na Carpi, pedia, explicava que estávamos sendo despejados, mas como é que faz? Foi um prédio feito de tanto as professoras amolarem, de [tanto] irem em Belo Horizonte, voltar e pedir. Aí nos deram o prédio.

Como se pode deduzir, a insistência em obter um prédio deixa entrever a ideia de que providenciar instalações para uma escola estadual se tratava de “favor”; de algo que demandava representação política (o engenheiro da prefeitura?) para dar mais credibilidade e legitimidade à demanda. A insistência, porém, teve efeito: enfim, em 7 de novembro de 1977, foi inaugurada a sede própria da atual Escola Estadual Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva de 1º grau. Ainda assim, como sugere o relato de dona Nagib, prevaleceu a ambiguidade relativa à administração da escola, isto é, a quem arca com o ônus de erguer um prédio e ampliá-lo: “[...] o terreno quem nos deu foi o Acácio Cintra, que era o prefeito. [...] [então] começou a batalha pra ganhar o prédio. E ganhamos [...] [Depois] Fizemos mais quatro salas: duas em cima, duas em baixo, pra poder ter o direito de colocar a quinta série pra frente”. Como se vê, a construção de um prédio próprio resultou mais da luta e determinação de pessoas que lidavam diariamente com o cotidiano escolar (dona Maria Morais, dona Pelina da Silva Novais e dona Nagib Bittar), e menos da ação dos governos estadual e municipal.

Todavia, a conquista não anula a morosidade da expansão escolar no município, pois “O Mascarenhas já tinha 30 anos quando nós ganhamos o prédio, entendeu?” (MOUKACHAR, 2009); tampouco a precariedade, pois, mesmo que fosse novo e próprio

o prédio, “Quando chovia, [...] não tinha forro, não” (MOUKACHAR, 2009). Ainda assim, “A cidade inteira gostou do prédio e tal. [...] no dia da mudança da casa da [rua] 21 pra escola nova, eu botei os meninos com as pastinhas, saíram cantando rua afora [...] felizes da vida. Na hora que chegamos, aplaudiram” (MOUKACHAR, 2009). A escola cresceu e foi procurada cada vez mais pela comunidade, que confiava em no desempenho do grupo escolar para educar seus filhos — afinal, o número de vagas aumentou. Na prática pedagógica de quem se doou à consolidação e à independência do grupo escolar Mascarenhas, a sede própria não só materializava uma luta pelo acesso à educação, mas também dava uma referência espacial para o corpo docente e discente: um sentimento de pertença a um lugar que anulava a sensação de que “[...] [o grupo escolar João Pinheiro] Não era a nossa casa [...]” (MOUKACHAR, 2009).

É curioso — para não dizer espantoso — o fato de que o grupo escola Idelfonso Mascarenhas tenha levado 30 para ter sua sede própria quando, já em 55, havia escolas inativas por falta de professores. Nesse caso, há coerência na opinião do Poder Executivo de que era desnecessário construir mais escolas, como se lê nesta passagem de ata da Câmara de Vereadores:

Projeto CM/18/55, que dispõe sobre a criação de escolas e professores de autoria do vereador Antenor Tomaz Domingues com a palavra o Dr. Daniel de Freitas Barros que baseado em informações prestadas pela prefeitura municipal de que existem vinte escolas paralisadas por falta de professores, acha desnecessária, no momento a criação de mais escolas, que viriam onerar o município. (ITUIUTABA, 1955).

Como se pode deduzir, havia descompasso entre as demandas: em um caso, muitos alunos para poucas escolas; noutro, muitas escolas para poucos professores. O texto da ata não explicita quais escolas estavam paralisadas, pois, dependendo do tipo de escola que eram, seria justificável a vontade de que o município construísse mais escolas. Nesse caso, presume-se que fossem escolas isoladas (escolas rurais), que, segundo Saviani (2004, p. 87), predominaram por muito tempo. (Os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano.) Talvez por isso se cogitasse a construção de mais escolas, o que denota uma preocupação maior com a quantidade, e menor com a qualidade, como deixa entrever registro em ata dos debates na Câmara, que frisavam a possibilidade de expansão mesmo sem apoio governamental:

CM/ 1/55, alegando que a situação financeira do município, não permite atender a este encargo, pois o mesmo é de competência do Estado. Com a palavra o vereador Sr. Pedro Lurdes de Moraes que diz: “tenhamos ou não auxílio do Estado, necessitamos de mais um grupo escolar”. E pede assim que se vote unanimemente favorável à mensagem. Logo a seguir fala o vereador Sr. Dr. Daniel de Freitas Barros, que, depois de várias considerações sobre a necessidade de mais um grupo escolar para o município, pede que se vote favoravelmente. (ITUIUTABA, 1955).

## Clovis Salgado: um grupo escolar à sombra de uma árvore

Essa nova escola cogitada na Câmara seria o grupo escolar Clovis Salgado, cujo projeto de criação já tinha sido apresentado pelo então deputado estadual Omar Diniz e por outros poucos políticos que viam a necessidade de o município ter mais uma escola pública. Mas sua fundação ficou a cargo mesmo de uma pessoa nomeada pela Secretaria de Educação: Maria Moraes,<sup>7</sup> que já conhecia os procedimentos para instalar uma escola, segundo relata a ex-professora do Clovis Salgado dona Jerônima (MACEDO, 2011):<sup>8</sup> “[...] quando queriam fundar uma escola, chamavam a dona Maria Moraes, que tinha bastante experiência”.

Como no caso do grupo Mascarenhas, a fundação de uma escola não pressupunha a pré-existência de um prédio próprio — este ficava para depois; igualmente, a tarefa de encontrar um espaço para instalar o grupo escolar coube ao corpo docente da futura escola, que, mesmo sem a promessa do estado de fazer a doação, começou uma busca incansável para achar um lugar (DINIZ, 2011).<sup>9</sup> Após irem a vários lugares, as professoras incumbidas da tarefa de achar um espaço para a escola chegaram até o padre João Avi, pároco da igreja responsável pelo prédio dos padres, a fim de pedir que alugasse o prédio para iniciar as atividades escolares. Embora não fosse novo, o prédio pleiteado tinha salas de aula. Ele, então, disse que alugaria e que podiam começar a procurar os alunos. Assim, em 56, lideradas pela educadora Maria Moraes, 16 professoras foram atrás de alunos nos bairros. Matricularam 576 crianças, número suficiente para constituir o primeiro corpo discente da escola Clovis Salgado, nome que homenageava o governador do estado.

Todavia, o livro comemorativo das bodas de ouro dessa escola informa que o pároco não mais alugaria o prédio porque o estado não custearia o aluguel. Carente de um espaço apropriado para instalar a escola, as professoras — numa atitude política e de protesto contra a situação da escola — ministraram aulas sob magnólias da praça Cônego Ângelo, na frente da Igreja Matriz de São José. As sombras acolhedoras serviram de espaço de aula para a instalação da escola Clovis Salgado. A intenção das docentes foi sensibilizar a sociedade civil e o poder político da cidade quanto ao problema da falta de espaço próprio para a escola. O relato de dona Mirza (2011) dá o tom dessa tomada de atitude nestes termos:

Tivemos que ter muita coragem, pois levar as crianças para debaixo de uma árvore era muita responsabilidade, mas foi à única forma que encontramos para não deixar nosso sonho morrer e, graças a Deus, tivemos o apoio dos pais. Dávamos duas horas

<sup>7</sup> Maria José Morais de Andrade foi a primeira diretora do grupo escolar Clovis Salgado. Designada pela Secretaria de Educação, instalou e dirigiu a escola de 1957 a 60, quando pediu aposentadoria por causa de cansaço.

<sup>8</sup> Jerônima Gomes Macedo foi professora na escola Clovis Salgado de 57 a 83. Concursada, foi convidada para trabalhar na escola pela diretora Maria Morais.

<sup>9</sup> Maria Mirza Cury Diniz, que já era concursada pelo estado, foi designada para ser auxiliar de diretoria na escola Clovis Salgado. Foi braço direito da diretora Maria Morais na luta pela criação da escola, cuja direção ela assumiu em 1960 e só deixou 27 anos depois.

de aula por dia, não tinha como ser mais que isso, as crianças tiveram que ser divididas em dois grupos, enquanto um ficava embaixo das magnólias, outro ia para a igreja que naquela época ficava aberta. Eu e dona Maria Morais éramos muito católicas e tínhamos uma boa relação com a igreja, nessa hora tivemos também a compreensão dos pais que nos ajudaram bastante. Todos os dias íamos para debaixo das magnólias, até que, com a graça de Deus, tivemos a ajuda do senhor Oscar Mandim, que tinha uma colchoaria na [rua] 20 [...] e, muito gentilmente, ofereceu-nos esse espaço para que se instalasse a escola. O senhor Garibaldi, que era médico na época e já tinha sido vice-prefeito, também ofereceu-nos uma ajuda em dinheiro para a reforma da colchoaria. Esse cômodo foi dividido com tábuas improvisadas em oito salas de aula, com bancos de caixotes. A sala da diretoria era ao relento.

Pressionadas, as autoridades locais começaram a estudar a viabilidade de construir mais um grupo escolar, com ou sem o apoio governamental, pois as professoras mantiveram a luta pelo referido grupo. O resultado da luta e da pressão foi noticiado pelo jornal *Folha de Ituiutaba* na edição de 19 de março de 1958 (FIG. 2): o pedido de construção foi aceito, por unanimidade, pelas autoridades locais em reunião na Câmara Municipal. Em 21 de junho, um representante do Ministério da Educação foi a Ituiutaba discutir os problemas da educação do município, conforme noticiou aquele jornal: Afonso de Castro, engenheiro do ministério, frisou o propósito do governo federal de construir, ainda em 58, o prédio do Grupo Escolar Governador Clovis Salgado (FIG. 3).

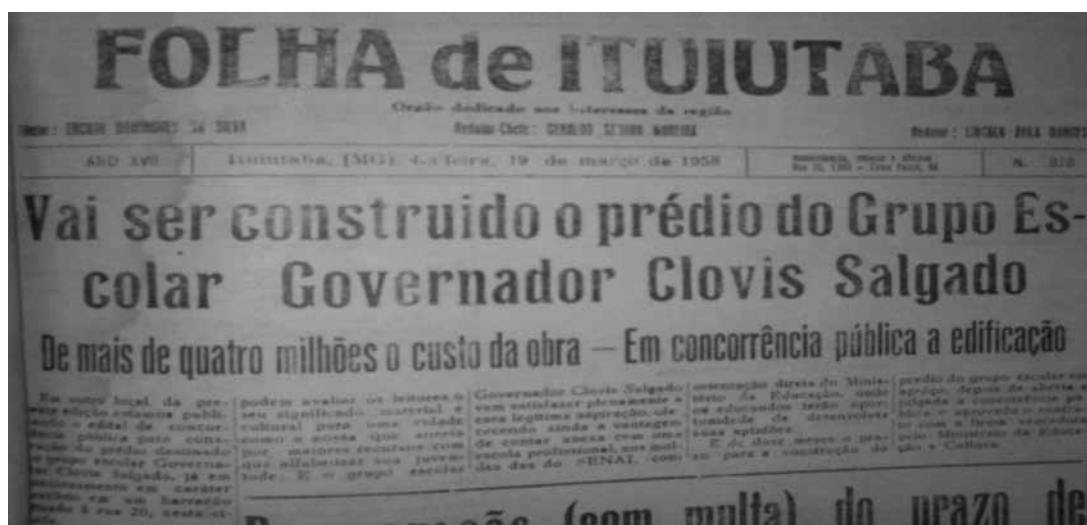


FIGURA 2 – Decisão de construir prédio escolar foi manchete de capa  
Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 1958.



FIGURA 3 – Notícias sobre prédio próprio para o grupo escolar Clovis Salgado  
Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 1958.

Documentos do acervo da escola informam que esta já estava no papel e prestes a ser concretizada; mas correntes políticas contrárias impediram a instalação de fato e deixava os envolvidos diretamente com a escola com a sensação de sempre estar — diria dona Mirza (DINIZ, 2001) — “[...] nas mãos desses políticos [...]”, à mercê do jogo de interesses partidários em detrimento dos interesses da comunidade. Com efeito, de um lado estava o prefeito, resistente a doar o prédio para o funcionamento da escola — resistência essa traduzida no relato de dona Mirza (DINIZ, 2011): “Um dia fomos até o gabinete do prefeito pedir a doação de um terreno, e ele, *batendo a mão na mesa*, afirmou que, se dependesse dele, essa escola não teria prédio para se instalar” (grifo nosso). De outro lado, estava o deputado Omar Diniz, membro da oposição e proponente do projeto da escola à Assembleia Legislativa. Ainda segundo dona Mirza (DINIZ, 2011), “[...] o prefeito não queria a instalação da escola puramente por questões políticas; afinal de contas, o partido do deputado Omar Diniz, que tanto nos ajudou, era progressista, e o senhor prefeito não queria esse partido interferindo nas decisões da cidade”.

“Mesmo sendo alvo dessa rixa” — diz dona Mirza (DINIZ, 2011) —, as professoras não desistiram da tentativa de sensibilizar o poder público e a sociedade; para isso, “[...] continuamos com nossas aulas na colchoaria”. A questão se resolveu de vez com o apoio de uma autoridade mais graduada: o então ministro da Educação Clovis Salgado, futuro

governador interino do estado: “Permanecemos neste local até a vinda do ministro da Educação, o doutor Clovis Salgado, que tinha vindo prestigiar a cidade pelo seu 56º aniversário. Foi então que o convidamos para ver, de perto, nossas instalações. Vendo nossa situação, solicitou ao prefeito a doação de um terreno para a construção da escola”. Dona Mirza (DINIZ, 2011) afirma que nunca desistiu de lutar pela escola, mas que foi uma “luta ferrenha”, pois “[...] todo terreno de que gostávamos já estava reservado para alguma obra; só depois de muita procura é que encontramos um terreno nas proximidades do cemitério, onde hoje é o Grupo Escolar Clovis Salgado”.

A ação da diretora — dona Mirza — e das professoras para sensibilizar o deputado Omar Diniz, o prefeito da cidade e o ministro Clovis Salgado foi uma ação política de muita relevância para a educação pública em Ituiutaba. Afinal, viram que poderiam transformar a realidade se desvelassem criticamente as contradições desta e afirmassem o papel delas na sociedade, qual seja: o do professor como agente, um sujeito, também, *político* inserido na arena de lutas *políticas* e que tem de recorrer a estratégias *políticas* para mudar um estado de coisas. Entendemos que a atitude delas tenha resultado da convicção do papel da educação — formar cidadãos cientes de sua função na sociedade — e da docência como outra instância para promover mudanças. Caso se possa tomar o processo de formação do professor como etapa em que essa convicção se revela e se consolida, tal atitude se torna ainda mais relevante porque não havia uma preocupação com a formação docente. Mesmo que a “luta ferrenha” tenha resultado na construção da escola (FIG. 4), isso não significou que o investimento do município tenha ido além da expansão física; segundo dona Jerônima (MACEDO, 2011), as professoras aprendiam na prática, dada a falta de preparação mediante cursos de capacitação para lecionar nas novas escolas. A qualidade da educação ficava à margem dos planos do governo local.

Em fevereiro de 1960, o Grupo Escolar Governador Clovis Salgado foi criado e registrado com o número 497/615/003/0 pelo projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa por intermédio do deputado Omar de Oliveira Diniz e aprovado por Clovis Salgado, novo governador interino do estado.



**FIGURA 6** – Entrada no prédio do grupo escolar Clovis Salgado nos anos 60 — não houve mudanças substanciais na estrutura física da entrada, pois a fachada corresponde à do presente

**Fonte:** ESCOLA GOVERNADOR CLOVIS SALGADO, 2012.



Vencida a batalha da construção, a luta seguinte foi obter mobiliário, materiais didáticos, merenda escolar e outros recursos que permitissem à escola funcionar plenamente. A luta se fez mediante campanhas:

Nossa! Fizemos tanta campanha para comprar materiais para a escola que você nem imagina. Àquela época, não podíamos contar com verba estadual, não. Se queríamos alguma coisa, tínhamos que correr atrás. Fazíamos várias reuniões, que eram feitas, a princípio, na minha casa, para decidir que campanhas íamos fazer. Ainda bem que eu podia contar com as professoras<sup>10</sup> que sempre me apoiaram e não mediam esforços para ajudar. A campanha em que mais fomos felizes foi quando decidimos fazer nossas famosas quermesses. A comunidade em peso participava: vendíamos várias coisas e, graças a Deus, sempre tivemos um lucro positivo. Foi aí que surgiu o caixa escolar, que era destinado para acumular verbas para as emergências prioritárias, como, por exemplo, uniforme, agasalhos e materiais para as crianças carentes. Com isso, sempre procurávamos ter uma reserva no caixa, mesmo que fosse pouca; antes de acabar o dinheiro, já fazíamos outra campanha.

Segundo dona Mirza (DINIZ, 2011), o esforço coletivo, o trabalho em prol da educação em todas as suas facetas trouxe crescimento também no plano não material, isto é, no plano da convivência — pois se procurou “[...] cultivar o diálogo, o encontro com o outro, o respeito mútuo, a compreensão e a solidariedade. A gente procurava as formas mais sadias de viver e de conviver, tínhamos confiança e muita fé em Deus [...]” — e no plano da formação humana — pois “[...] professores e alunos buscavam crescimento intelectual com o intuito de se tornarem homens e mulheres capazes de construir uma sociedade mais humana”.

### Considerações finais

Certeau (1994, p. 202) afirma ser “[...] o lugar um espaço praticado”. O espaço é onde ocorre a multidiversidade de relações provenientes das ações sociais de quem o ocupa. O lugar se constitui quando pessoas passam a indicar, mediante suas passagens e suas permanências, traços não contemplados na expectativa dos planejadores. Aí também entram estratégias — que “[...] escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” — e as táticas — “A arte de vencer o poder por uma certa maneira de aproveitar a ocasião [...] esta tradição de uma lógica articulada em cima da conjuntura e a vontade do outro”; logo, “[...] a tática só tem por lugar o do outro” (CERTEAU, 1994, p. 47). Nesses choques, aparecem emergências ou ocorrências de situações e interesses imprevisíveis. Não se controla a história. Tenta-se. Mas quem tem a “manha” das táticas joga constantemente “[...] com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar o fraco deve tirar partido de forças que lhe

<sup>10</sup> Em 1960, já no prédio novo, compunham o corpo docente: Judith Andrade, Maruá Salim Bittar, Nancy Tavares, Sônia Maria de Andrade, Selma Soares de Novais, Salma Jorge Cury, Janete Vilela Freitas, Lulu Abdelmur, Alcídia Alves de Oliveira, Jerônima Gomes de Menezes, Geórgia Maria Abadia e Congeta Pellnus Pinto. Esse grupo de professoras já era concursado, pois, segundo dona Jerônima (2011), “[...] o estado já estava exigindo concursos para docentes”.

são estranhas [...]” (CERTEAU, 1994, p. 47–9). Táticas pressupõem estratégias. A tática cabe ao dominado; a estratégia, ao dominador (CERTEAU, 1994, p. 47–9).

Nas décadas de 40 e 50, educadoras do município de Ituiutaba lutaram por uma educação pública condigna pelos moldes propugnados no processo de modernização para a esfera da educação. Em 47, o Brasil saía de um período de autoritarismo político e, mesmo com o processo de democratização e a Constituinte de 46, os movimentos sociais de sujeitos coletivos eram reprimidos (ALMINO, 1980). Extemporaneamente, as educadoras se manifestaram com base não no apoio de sindicatos e partidos ou sustentadas por uma formação acadêmica e intelectual que dessem consciência política; manifestaram — isso sim — com base na convicção de que a escola tem papel central numa cidade em processo de urbanização e modernização e de que a atividade docente em sentido amplo é essencial para reiterar a centralidade da educação escolar. Ao defenderem crenças e práticas como táticas para anular as estratégias da política institucionalizada — algo que só seria gradativamente aceitável após o Maio de 68 —, trouxeram a dimensão política para o cotidiano.

### Referências

- ACAIACA. Belo Horizonte: Acaiaca, 1953.
- ALMINO, João. *Os democratas autoritários*. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRANCATO, R. *O fogo da modernização: tradição e tecnicismo no abrigo de menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1940–1980)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) — Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1998.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal II evolução política (1945–1964)*. São Paulo: Difel, 1985.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- MARIANI, Bethania Sampaio C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- Moraes, V. C. O. *Tudo pela Pátria: a história do Instituto “Marden”*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- OLIVEIRA, L. H. M. M. *História e memória educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba. Triângulo Mineiro–MG (1939–1942)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Ituiutaba, Uberlândia-MG.
- OLSON, David R. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade. A França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade. A Universidade Federal de Santa Catarina (1962–1980)*. 2000. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Elizabeth Farias da. Das sutilezas das práticas sociais: riscos e oportunidades. *Política & Sociedade*, Florianópolis: PPGSP, v. 1, p. 257–9, 2004.
- SOUZA, Sauloéber T. O universo escolar nas páginas da imprensa tijuicana (Ituiutaba–MG — anos de 1950 e 1960). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia: ed. Universidade Federal de Uberlândia, v. 2, 2010
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- WHITROW, G. J. *O tempo na história*. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

### Fontes

#### — Orais

- MOUKACHAR, Nagib Bitar. Ituiutaba, MG, 4/2/2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Valéria Aparecida.
- MACEDO, Jerônima Gomes. Ituiutaba, MG, 9/2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Thaís Parreira Freitas.
- DINIZ, Maria Mirza Cury. Ituiutaba, MG, 7/2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Thaís Parreira Freitas.

#### — Jornalísticas

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba, Minas Gerais, 30 jun. 1956.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba, Minas Gerais, ano XI, 1958.

— *Documentais*

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata de reunião realizada no dia 17 de agosto de 1947*. Ituiutaba, 1947. Livro, s. n, s. p.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da 11ª sessão da 3ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 16 de novembro de 1955*. Livro, s. n, s. p.

ITUIUTABA. Superintendência de Ensino. *Levantamento sobre a criação de escolas no período 1940-60*. 2009.

— *Iconográficas*

ESCOLA GOVERNADOR CLOVIS SALGADO. Acervo de fotografias, 2012.

*Recebido em setembro de 2011*  
*Aprovado em novembro de 2011*